

OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NOS RELATÓRIOS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (BRASIL, 2006 – 2016)¹

Vanessa Marques², Sílvia Maria Fávero Arend³

¹ Vinculado ao projeto “Uma história dos adolescentes em conflito com a lei: justiça e políticas sociais na trajetória democrática brasileira (1990 – 2016)”

² Acadêmico (a) do Curso de História – FAED – Bolsista PIBIC

³ Orientadora, Departamento de História – FAED – silvia.arend@udesc.br

Essa investigação é parte de um projeto de pesquisa aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado “Uma História dos adolescentes em conflito com a lei: justiça e políticas sociais na trajetória democrática brasileira (1990-2016)”. A partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, um conjunto de modificações ocorreu no campo das práticas judiciais e das políticas sociais para a população infantojuvenil do Brasil visando a instituição de direitos humanos. Todavia, observou-se que em relação ao tratamento da questão dos/as adolescentes em conflito com a lei as alterações ocorreram de forma bastante lenta entre 1990 e 2016. Este tema marca a sociedade brasileira das últimas décadas e demanda a atenção da análise social, particularmente orientada pela exploração dos domínios da História. Um conjunto de fontes documentais subsidiarão a referida pesquisa. Dentre estas destacam-se os relatórios sociais emitidos pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

Nessa investigação analisamos 11 relatórios sociais produzidos pela CDHM referentes aos anos de 2006 a 2016, com o objetivo de conhecer as ações desenvolvidas pelo parlamento brasileiro no âmbito dos direitos humanos para os/as adolescentes em conflito com a lei. Os 11 relatórios sociais analisados possuem geralmente a seguinte estrutura: Histórico da Comissão, Parlamentares Integrantes, Denúncias, Eventos, Missões e Propostas de Legislação. Do ponto de vista dos referenciais teóricos esta investigação é tributária dos estudos da História da Infância e Juventude e da História do Direito sob o enfoque nacional e internacional. Em termos metodológicos os documentos foram analisados sob a ótica da análise do discurso.

A CDHM é uma comissão permanente da Câmara dos Deputados, que foi criada no ano de 1995 durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de questões levantadas na Comissão Parlamentar de Inquérito relativa ao Extermínio de Crianças ocorrida no início da década de 1990. Conforme o regimento interno da Câmara dos Deputados, a comissão tem por função receber e encaminhar denúncias, fiscalizar os órgãos do Estado, propor projetos de leis, indicações e requerimentos, como também fazer pesquisas e estudos relativos a situação de direitos humanos no Brasil e no exterior. Os relatórios sociais de caráter anual produzidos pela instituição relatam as atividades realizadas e os resultados obtidos pela CDHM.

Nos documentos produzidos entre 2006 e 2016, período em que abrange os governos dos presidentes e presidenta Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, observou-se nos eventos realizados pela CDHM, tais como, Seminários, Grupos de Trabalho e Audiências, que a principal pauta no que se refere aos adolescentes em conflito com a lei eram os problemas relativos à implementação das medidas socioeducativas, especialmente nas unidades de internação. Constatou-se nas diligências realizadas pelos parlamentares federais que estes buscaram averiguar as denúncias acerca de violação de direitos humanos ocorridas no país em

relação aos adolescentes em conflito com a lei. No que tange as propostas acerca da legislação para as infâncias e juventudes verificou-se que a temática da diminuição da maioridade penal entrou em pauta com bastante ênfase sobretudo durante o governo do presidente Michel Temer.

Os resultados parciais da pesquisa foram apresentados pela bolsista de iniciação científica em eventos de caráter regional. Esta é uma pesquisa que se encontra em andamento.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei. Direitos Humanos. Câmara dos Deputados.